

CRISE DOS MERCADOS

Programa fiscal plurianual tem três modelos

Equipe econômica prevê medidas de curto prazo, com ganho de R\$ 17 bilhões, e de longo prazo

ARIOSTO TEIXEIRA

BRASÍLIA – Os técnicos do governo trabalham com três modelos para a execução do programa fiscal plurianual: medidas de curto prazo, com adoção rápida e ganho potencial de cerca de R\$ 17 bilhões; as que ainda dependem de negociação política com os governadores e o Congresso, que podem possibilitar outros R\$ 11 bilhões; e o aumento da capacidade do governo de fazer política fiscal, com a elevação de 20% para 30% dos recursos do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O aumento da parcela do FEF permitirá ao governo dispor de R\$ 10 bilhões.

As medidas imediatas consideram o corte no Orçamento e aumento de impostos. O Orçamento, segundo a proposta, sofrerá corte de R\$ 8 bilhões nas despesas chamadas de "outros custos de capital", que incluem custo da máquina e investimentos.

A alternativa de elevação de impostos está colocada no aumento de 0,2% para 0,3% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o que daria arrecadação adicional de R\$ 4 bilhões.

A aprovação do imposto sobre grandes fortunas garantiria um ganho de R\$ 300 milhões por ano. Existe também a proposta de criação de um imposto sobre o consumo de combustíveis, que daria uma receita suplementar de R\$ 1,5 bilhão. O governo também conta com a aprovação, pelo Congresso, do projeto que obriga as instituições financeiras a pagar a Confins, com um ganho de R\$ 1,2 bilhão. Entre as medidas de curto prazo, considera-se também a hipótese de elevar de 2% para 10% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre gastos em viagens ao exterior. A daria arrecadação adicional de R\$ 300 milhões.

Está sendo considerada ainda a aprovação dos destaques que faltam para complementar a reforma da Previdência, cuja promulgação possibilitará economia, no próximo ano, de cerca de R\$ 2 bilhões.

Esse conjunto de medidas pode levar a um ajuste fiscal de até R\$ 28 bilhões. Nesse valor, existe uma margem de negociação política, com possibilidade de escolha entre várias opções para configuração do programa fiscal plurianual. A margem de redução do ganho leva em conta a resistência ao aumento de impostos.

As medidas de ajuste fiscal que ainda dependem de negociação política com governadores e Congresso prevêem, se aprovadas, um ganho de receita de R\$ 11 bilhões.

Uma das propostas é a redução dos incentivos e subsídios fiscais, com um ganho para o governo de R\$ 700 milhões. A limitação pelos Estados de gastos com pessoal, definida na Lei Camata, poderá dar uma economia de aproximadamente R\$ 3 bilhões. Esse ganho es-

tará na dependência do sucesso dos governadores eleitos em cortar a folha de pagamento no que superar 60% da arrecadação, o que, em alguns casos, exigirá demissões.

O governo também quer alterar o

**REDUÇÃO DE
SUBSÍDIOS PODE
CHEGAR A
R\$ 700 MILHÕES**

sistema de aposentadoria da União, dos Estados e dos municípios. A alternativa em estudo prevê a cobrança da contribuição dos inativos da União, possivelmente com uma alíquota de até 11%, com uma redução do déficit da Previdência em R\$ 2,7 bilhões.

A mesma medida aplicada aos inativos dos Estados e municípios produzirá economia de mais R\$ 2,3 bilhões. Existe, ainda, a possibilidade de o governo elevar para 15% a alíquota de contribuição dos funcionários públicos em atividade. Os técnicos propõem que os dispositivos da emenda constitucional da reforma da Previdência que foram rejeitados na Câmara sejam, novamente, submetidos ao Senado. Se a proposta for acatada, haverá redução adicional do déficit da Previdência em torno de R\$ 2,3 bilhões. (Agência Estado)



Malan: ministro sofre pressões para fazer o anúncio das medidas

José Paulo Lacerda/AE